

**EDcl no HABEAS CORPUS Nº 361.016 - SP (2016/0170427-4)**

**RELATOR : MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO**  
**EMBARGANTE : ALVARO ROSOLEM**  
**ADVOGADO : ANTONIO EDUARDO BATISTA DE SOUZA - DF043702**  
**EMBARGADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

**DECISÃO**

Cuida-se de embargos de declaração opostos por ALVARO ROSOLEM nos quais se alega a existência de contradição e de omissão na decisão embargada que conheceu em parte do *habeas corpus* e, nessa extensão, denegou a ordem (e-STJ fls. 314/328).

O pedido foi formulado nos seguintes termos (e-STJ fl. 338):

*Diante do exposto, Requer que se digne Vossa Excelência em receber os presentes Embargos de Declaração, em seu efeito infringente, modificativo e integrativo, a fim de que, uma vez sanada a omissão e contradição apontadas, seja reconhecida a inexistência de intimação válida do defensor constituído pelo PACIENTE à época (Dr. William Wagner Pereira da Silva), concernente à sentença condenatória penal de Primeiro Grau, passando assim, a apreciar as razões jurídicas instadas na exordial do Habeas Corpus em relação à nulidade absoluta do feito a partir de então manifesto prejuízo experimentado pelo PACIENTE, reabrir prazo processual para sua defesa a partir da republicação da sentença condenatória de Primeiro Grau.*

*Ainda, diante da inexistência de esgotamento da jurisdição do TJSP na da Apelação nº 0036862-03.2006.8.26.0602, Requer que seja suprimida a omissão, com manifestação de Vossa Excelência pela não possibilidade do cumprimento da sentença provisória, em consonância com a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça.*

*Posto isto, respeitosamente, Requer que se digne esta Douta Colenda Câmara de Justiça em acolher e apreciar os presentes Embargos de Declaração e, ao final, dar-lhe integral provimento, consoante pedidos formulados, tudo nos termos, fundamentos e requerimentos constantes na presente peça recursal.*

É, em síntese, o relatório.

Os pedidos formulados nos presentes aclaratórios encontram-se esvaziados, tendo em vista que, consoante relatado na petição n. 345.797/2019, este relator, no julgamento do HC n. 399.087/SP, reconheceu, relativamente à ação penal de que cuida estes autos, a extinção da punibilidade, em razão da prescrição retroativa da

pretensão punitiva estatal.

Ante o exposto, **julgo prejudicados** os presentes embargos de declaração.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 11 de junho de 2019.

Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO

Relator

